

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

**Referência:** Informação nº 324/2024 – SEGEDAM, de 13.09.2024 (e-DOC 7C2DC47C).

**Sumário:** O Secretário-Geral de Administração solicita as medidas administrativas voltadas à participação dos servidores Cássio Murilo Alves Costa Filho, matrícula nº 1549, Cláudio Márcio de Souza Oliveira, matrícula nº 1256, e Paulo Henrique Adorni França, matrícula nº 1520, lotados na Coordenadoria de Gestão de Documentação e Preservação da Memória Institucional - COGEDOC, no X Congresso Nacional de Arquivologia, a ser realizado no período de 14 a 18.10.2024, na cidade de Salvador/BA. O valor da inscrição é de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) por participante, totalizando o valor de R\$ 1.950,00 (um mil, novecentos e cinquenta reais). Por fim, esclarece que o evento é altamente correlato às atividades dos interessados, e certamente contribuirá para o melhor desempenho de suas atribuições.

**DESPACHO Nº 2771/2024 – PRESIDÊNCIA**

Autorizo a participação dos servidores Cássio Murilo Alves Costa Filho, matrícula nº 1549, Cláudio Márcio de Souza Oliveira, matrícula nº 1256, e Paulo Henrique Adorni França, matrícula nº 1520, no X Congresso Nacional de Arquivologia, a ser realizado no período de 14 a 18.10.2024, na cidade de Salvador/BA, com fundamento no art. 11, parágrafo único, da Resolução, nº 323/2019<sup>1</sup>, c/c artigo 4º, inciso I, da Portaria nº 165/2020<sup>2</sup>; bem como autorizo o pagamento da inscrição, a aquisição de passagens aéreas, a concessão de diárias, e ainda, a dispensa de ponto dos referidos servidores durante a participação no evento e para o tempo necessário de deslocamento.

Encaminhe-se à Escola de Contas Públicas, com posterior encaminhamento à Secretaria-Geral de Administração, para conhecimento e providências decorrentes.

Brasília-DF, 18 de setembro de 2024.

**MARCIO MICHEL**  
Presidente

<sup>1</sup> "Dispõe sobre as normas gerais referentes à educação corporativa do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

Art. 11.A solicitação de participação dar-se-á mediante indicação da chefia imediata, demonstrado o interesse institucional, seguindo os procedimentos definidos em normativo específico.

Parágrafo único. Cabe à Presidência do Tribunal a autorização para participação em ação de educação corporativa externa, mediante juízo de oportunidade e conveniência da Administração."

<sup>2</sup> "Dispõe sobre a participação de servidores e membros em ações de educação corporativa externas.

Art. 4º O afastamento para participação em ações de educação corporativa externas, sem prejuízo da remuneração do participante no período do evento, poderá ocorrer: